

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
1º SEMESTRE/2026
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
09 DE NOVEMBRO DE 2025

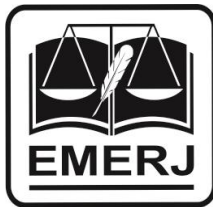
I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Uma proposta de Emenda Constitucional que, em tese, viole a cláusula pétrea sobre a qual versa o art. 60, § 4º, inc. III, da Constituição da República pode ser submetida ao controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal? Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, qual é a natureza da decisão de mérito proferida em sede de mandado de injunção? Resposta objetivamente justificada.



II – DIREITO CIVIL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

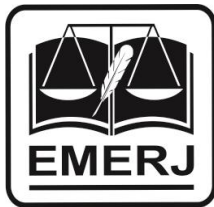
Promessa de compra e venda de imóvel na planta. Atraso na entrega da obra comprovado. Inadimplemento contratual da construtora. Pleito de resolução do contrato, com retorno da situação ao *status quo ante*. Restituição integral dos valores despendidos com a aquisição do imóvel, acrescidos de encargos legais.

Pergunta-se: A situação narrada na problematização comporta condenação da construtora em perdas e danos?

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Antônio Campos e sua mulher, Alzira Campos, ajuizaram ação de usucapião urbana em face do proprietário registral, argumentando com o preenchimento de todos os requisitos a tanto necessários. O imóvel usucapiendo foi adquirido por Neuza Altes de Souza mediante financiamento da Caixa Econômica Federal. Neuza, não tendo conseguido pagar as parcelas mensais do financiamento, sofreu a perda do imóvel, que restou consolidado perante a instituição financeira que concedera o financiamento. Antônio, ante a desocupação do imóvel por Neuza, passou a ocupá-lo de forma autônoma, residindo no referido imóvel por mais de cinco anos, como se dono fosse. Os autores afirmam que cumpriram todos os requisitos legais para caracterização da usucapião urbana. Após tramitação regular do processo, inclusive com manifestação do Ministério Público, os autos foram conclusos para sentença.

Pergunta-se: Como você decidiria a questão? (não é necessário forma de sentença).



III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

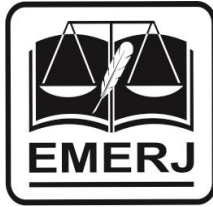
Em ação de indenização por acidente de trânsito movida por João Oliveira em face de Maria Silva, esta, regularmente citada, não apresentou contestação. O juiz decretou a revelia da ré. Em sentença, justificando que o autor não comprovou minimamente o acidente, o juiz julgou improcedente o pedido. O autor recorre, alegando que a sentença é incompatível com a revelia.

Indaga-se: A revelia da ré conduziria necessariamente ao julgamento de procedência? Aborde a questão sob a ótica da revelia e da produção dos efeitos da revelia, de forma fundamentada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Tício ingressa com execução por título extrajudicial em face de Mévio, que, citado, não apresenta bens à penhora. Iniciadas as buscas patrimoniais, nada é localizado a garantir a execução. O juiz a suspende, e, passado o prazo devido, extingue a execução pela prescrição intercorrente sem dispor sobre honorários. Mévio apresenta embargos de declaração para questionar a omissão do julgador, aduzindo que, como Tício saiu vencido, deve ser condenado a pagar honorários.

Você, como julgador, como decidiria a questão? Resposta fundamentada.



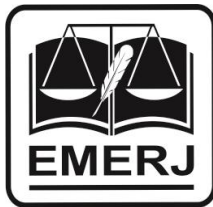
IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Tratando-se de alienação fiduciária de automóveis, o que ocorre no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária?

2ª Questão Suplementar – Valor: 6 (seis) pontos

Descreva pelo menos duas formas de efetuar a proteção legal dos direitos relativos à propriedade industrial no Brasil.



V – DIREITO PENAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Numa madrugada fria, TÍCIO decidiu matar moradores de rua que se abrigavam sob marquises do centro da cidade. Utilizando uma submetralhadora pertencente ao seu acervo de armas, efetuou diversos disparos contra um grande grupo de pessoas. De sua conduta, restaram mortas 14 pessoas. TÍCIO foi preso em flagrante delito por policiais militares que passavam pelo local. Devidamente processado e julgado pelo Tribunal do Júri, foi condenado.

Indaga-se: A pena pode ser aplicada em continuidade delitiva? Explique fundamentadamente.

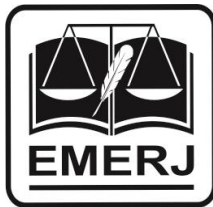
2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

João é servidor público municipal, ocupando o cargo de auxiliar de almoxarifado da Secretaria de Saúde. Em uma sexta-feira à tarde, após o expediente, João permaneceu no prédio da secretaria, aproveitando-se do fato de ter livre acesso ao local e conhecimento da rotina de segurança.

Sabendo que não haveria vigilância até a manhã de segunda-feira, João subtraiu 50 caixas de medicamentos de alto custo, armazenadas no almoxarifado, e as colocou em seu veículo particular. Posteriormente, vendeu os medicamentos a terceiros.

A subtração foi descoberta na segunda-feira, quando servidores notaram o desaparecimento dos itens e acionaram a autoridade policial. Após investigação, João foi identificado como autor do fato e confessou o crime.

Explique, fundamentadamente, a tipificação da conduta realizada por João.



VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Zé do Pó, conhecido traficante da pacata cidade de Miracema, ao sair da prisão após 05 anos de cumprimento de pena por tráfico de drogas, foi avistado por policiais militares, que já o conheciam de outras ocorrências, sentado em uma “boca de fumo”, mostrando nervosismo com a situação. Abordado, com ele foram encontrados 25 papелotes de cocaína, tendo declarado, ainda no local da prisão, que havia voltado para o tráfico porque, sendo ex-presidiário, não conseguira emprego. Instaurada a ação penal, a defesa, em alegações finais, arguiu a nulidade da busca pessoal e da prisão em flagrante e, consequentemente, das demais provas produzidas, sob os argumentos de ausência de fundada suspeita capaz de autorizar a abordagem e violação do direito ao silêncio por ausência do chamado “Aviso de Miranda”.

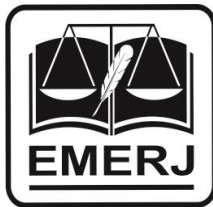
Pergunta-se: Devem ser acolhidas as teses suscitadas? Justifique, citando os dispositivos legais pertinentes.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Pedro foi preso em flagrante delito por tentativa de furto qualificado pelo concurso de agentes. O Ministério Público, ao oferecer a denúncia, recusou-se à propositura do Acordo de Não Persecução Penal, sob o fundamento de que o denunciado, durante o seu interrogatório em sede policial, não confessou o crime, já que alegou ter agido por estado de necessidade.

Pergunta-se:

- a) Procede a recusa?
- b) Pode o juiz, discordando do *Parquet*, fazer a proposta?
- c) E, se o juiz concordar, dispõe a defesa de algum meio capaz de possibilitar a reapreciação da questão? Justifique, citando os dispositivos legais pertinentes e a orientação jurisprudencial a respeito.



VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

1ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

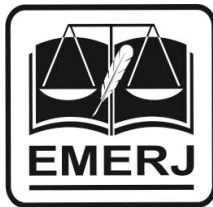
Caio adquiriu, em 08/03/2024, duas passagens aéreas de ida e volta, sem conexões, da Companhia Amarelo, para comemorar seu aniversário em Paris no dia 08/06/2024, efetuando o pagamento do preço através do cartão de crédito por R\$1.000,00 cada. No dia seguinte, 09/03/2024, Caio recebeu um e-mail da referida sociedade empresária com a informação de cancelamento da compra e, consequentemente, do pagamento via cartão, uma vez que houve um erro em seu site. A empresa Amarelo informou ainda que o valor das passagens seria de R\$10.000,00, preço costumeiramente cobrado pelo trecho escolhido e sem conexões, valor esse que foi recusado pelo consumidor.

Caio ajuíza, assim, ação em face da companhia aérea Amarelo, pugnando pela condenação da ré em emitir as duas passagens tal como ofertado, bem como em indenizá-lo por dano moral, fundamentando seu pedido na vinculação do fornecedor à oferta.

O pedido deve ser julgado procedente? Responda de forma fundamentada de acordo com a jurisprudência do STJ, citando expressamente os dispositivos legais pertinentes.

2ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

Com base no Código de Defesa do Consumidor, discorra sobre a diferença entre fato do produto e vício do produto e se há distinção no tocante ao prazo prescricional e decadencial em cada uma das hipóteses. Fundamente sua resposta inserindo os dispositivos legais pertinentes.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
1º SEMESTRE/2026
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
09 DE NOVEMBRO DE 2025

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO – 20 (vinte) pontos

“Um dos poucos assuntos sobre os quais todos parecemos concordar é a necessidade de justiça. Mas apenas parecemos concordar, porque indicamos coisas muito diferentes com a mesma palavra. Qualquer que seja o princípio moral em que cada um de nós acredite, nós o chamamos de justiça; portanto, ao afirmarmos que defendemos a justiça, estamos andando em círculos, a não ser que especifiquemos exatamente qual conceito de justiça temos em mente. Isso é assim especialmente nos dias de hoje, quando muitos defendem o que chamam de ‘justiça social’ – muitas vezes com grande paixão, mas sem definir o que isso de fato seja.” (A busca da justiça cósmica, Thomas Sowell).

E, para você, o que é fazer “justiça social”? Diga o que pensa a respeito num texto dissertativo-argumentativo de aproximadamente 25 linhas, em linguagem culta.

Boa sorte!!!